

Políticos lutam por mudanças

Além de não pedir apoio, Collor também não apontou pontos do pacote que poderiam ser alterados no Congresso sem comprometer a sua espinha dorsal. Apenas informou que a manutenção em Cr\$ 50 mil do limite máximo para retiradas em cadernetas de poupança não pode ser ampliado, sem prejuízo considerável para o plano econômico.

No momento em que Vascelos retornou ao Congresso, ainda se percebiam nos seus corredores e salas ecos do levante contra a Medida Provisória 150, considerada inconstitucional porque não poderia autorizar o presidente da República a conceder suplementações de verbas do orçamento.

Em entrevistas a grupos de jornalistas, o presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), rebelava-se contra a medida 150 e dizia que apenas uma lei votada pelo Congresso poderia autorizar o Presidente, mediante pedido prévio do Planalto, a conceder novas verbas orçamentárias.

Ao cruzar com o senador José Ignácio (ES), líder do Governo, Cid Carvalho interrompeu uma entrevista para cochichar-lhe um recado dirigido ao Planalto: "Diga para eles que precisam ser mais cuidadosos". Mesmo aborrecido, Ignácio demonstrou certa compreensão, em sua resposta, com a indignação de Carvalho: "Eu entendo..."

As restrições surgidas no Congresso ao pacote, feitas por parlamentares e assessores técnicos, baseiam-se principalmente na redação imprecisa dos textos e em dúvidas jurídicas que deixam no ar. Também por isso justificava-se na Câmara e no Senado a necessidade de promover mudanças no pacote. "Muita coisa precisa ser clareada", argumentou Cid Carvalho.

Apesar da confiança presidencial, no entanto, os líderes do Governo no Congresso vêm mantendo intensas negociações com lideranças de vários partidos, a fim de assegurar a aprovação do plano econômico com um nível aceitável de modificações.